

Parágrafo único. Na realização dos trabalhos, o Corregedor Regional Eleitoral indicará os servidores que deverão compor cada comissão, a qual poderá ser constituída de dois ou mais membros.

Art. 2º. Designar a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Drª. Hanna Lídia Rodrigues Paz Cândido, para acompanhar a comissão nos trabalhos de inspeção de ciclo e correição extraordinária nos cartórios eleitorais,, sempre que houver necessidade.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria VPCRE Nº 3/2025.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da assinatura.

Gabinete da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral de Goiás, aos 02 de dezembro de 2025.

Des. Ivo Favaro

Corregedor Regional Eleitoral

[SEI 1270694 Portaria 15 \(1\).pdf](#)

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIAS

#### PORTARIA PRES Nº 405, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

**PUBLICAÇÃO EM : 09/12/2025**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 14, inciso XL, da Resolução do TRE-GO nº 403, de 25 de abril de 2024 - Regimento Interno do Tribunal, e, considerando o processo SEI nº [25.0.000016428-6](#),

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Doutor RICARDO DE GUMARÃES E SOUZA, Juiz de Direito do 1ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Aparecida de Goiânia-GO, para substituir na jurisdição eleitoral da 132ª Zona Eleitoral, com sede no referido município, nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2025, em razão do afastamento legal do Juiz Titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga

Presidente

#### PORTARIA PRES Nº 369, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

**PUBLICAÇÃO EM : 09/12/2025**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 14, inciso XLVI, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE-GO n.º 403, de 25 de abril de 2024), considerando a instrução do processo SEI nº [25.0.000008589-0](#),

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar o Plano de Transformação Digital (PTD) do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás que define os serviços passíveis de serem transformados digitalmente, nos termos do Anexo I.

Parágrafo único. O PTD será revisto anualmente e amplamente divulgado, após deliberação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC.

Art. 2º As unidades integrantes da Justiça Eleitoral do Estado de Goiás adotarão todas as medidas necessárias para implantar, desenvolver e aperfeiçoar a transformação digital, conforme disciplinado no PTD.